ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS JULHO - 2026

1) ABERTURA

Aos vinte dias do mês de julho de 2026, às 09h00, na sede do Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos de Praia Grande, sito à Rua Jaú nº 880, Sala 54, Praia Grande/SP, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos: Cristiano de Mola, Gilmar Augusto Garcia, Miriam Tamasiro, Vania Maria de Carvalho Sanchez e Victor Lopes Schiavetti.
Dando início à reunião, o Presidente do Comitê agradeceu a presença de todos e apresentou a ordem do dia, que compreendeu:

- análise do cenário macroeconômico referente ao mês de junho de 2026;
- apreciação do Relatório Analítico dos Investimentos do mesmo período;
- verificação do enquadramento da carteira à luz da Resolução CMN nº 5.272/2025 e da Política de Investimentos de 2026; e
- considerações finais.

Na sequência, os membros passaram à análise dos itens constantes da pauta.

2) ANÁLISE DO CENÁRIO MACROECONÔMICO

Foi apresentado aos membros do Comitê o Panorama Econômico de junho de 2026, emitido pela Consultoria em Investimentos Crédito e Mercado Gestão de Valores Mobiliários Ltda. Após lido, discutido e aprovado, o relatório passa a integrar a presente Ata, constando, na sequência, a Síntese da Leitura do Panorama Econômico dos períodos analisados. O Comitê tomou ciência do cenário econômico global e doméstico apresentado, registrando que as projeções de política monetária, a dinâmica da curva de juros, o comportamento dos mercados internacionais e os indicadores de atividade impactam diretamente a estratégia de alocação da carteira do FPGPREV, servindo de base técnica para as análises e deliberações subsequentes.
SÍNTESE DA LEITURA DO PANORAMA ECONÔMICO DOS PERÍODOS ANALISADOS
Junho de 2026 pode ser resumido em uma palavra: alívio. Depois de dois meses de pressão geopolítica intensa, o acordo de paz entre Estados Unidos e Irã, assinado em 14 de junho com cerimônia formal em 19 de junho na Suíça, redesenhou o humor dos mercados globais. O petróleo, que havia encerrado maio em US$ 91 por barril, despencou com o anúncio do acordo, encerrando junho em média de US$ 86/barril, com expectativa de queda adicional nos próximos meses. O Ibovespa, que havia caído 7,22% em maio, recuou mais 1,01% em junho, acumulando queda de 8,24% no segundo trimestre, o pior segundo trimestre desde 2025. A saída de estrangeiros em junho totalizou R$ 8,75 bilhões. O PIB do primeiro trimestre surpreendeu positivamente, crescimento de 1,1% ante o quarto trimestre de 2025, e o Boletim Focus revisou a projeção do PIB de 2026 para 1,99%.
Com o acordo de paz, a inflação americana deve começar a desacelerar. O CPI de junho será divulgado em 14 de julho; o último disponível, CPI de maio, ficou em 4,2% ao ano, o maior nível desde o início de 2023, com a energia respondendo por mais da metade do avanço. O Fed *(Banco Central Americano)* segue sem movimentar os juros (3,50%–3,75%) pela perspectiva de juros altos por mais tempo. Na Europa, Banco Central Europeu confirmou a sinalização de abril: a reunião de 11 de junho deve trazer a primeira alta de juros, com a inflação da Zona do Euro subindo para 3,2% em maio. O PMI Composto da Zona do Euro recuou para 48,5, mantendo-se em contração pelo segundo mês consecutivo.
A narrativa de junho é a de um mercado que digeriu a paz com cautela. O acordo EUA-Irã foi o evento central do semestre. O petróleo caiu, a inflação europeia surpreendeu positivamente e os PMIs saíram da contração. Mas o Ibovespa seguiu pressionado e o Focus revisou a Selic ao fim de 2026 para 14,00% ao ano, sinal de que o alívio geopolítico não elimina os riscos inflacionários. O terceiro trimestre de 2026 começa com o binômio: acordo duradouro = desinflação global; ruptura = novo choque energético.

ESTADOS UNIDOS

CURVA DE JUROS

Em maio de 2026, a curva de juros americana voltou a pressionar. Com o CPI acelerando para 4,2% ao ano e o mercado passando a precificar uma possível alta de juros, os Treasuries de 10 anos foram negociados na faixa de 4,30% a 4,50%, refletindo o temor de que a aceleração do CPI pudesse forçar o Fed a uma alta. Ao final do mês, com o petróleo cedendo, as taxas recuaram para perto de 4,25%, devolvendo parte da alta.

O spread entre os vértices de 10 e 2 anos permaneceu positivo em torno de 45 a 55 pontos base confirmando que o mercado não precifica recessão imediata, mas já incorpora o risco de que o próximo movimento do Fed seja uma alta e não um corte. A curva está em modo de espera prolongado.

DOLLAR INDEX (DXY)

O Dollar Index (DXY) oscilou ao longo de junho, encerrando em torno de 101 pontos, com valorização no início do mês pelo tom hawkish do Fed *(sinalizando que a prioridade absoluta é segurar a alta dos preços, mesmo que isso custe um abrandamento da atividade econômica ou do nível de emprego)*, cedendo ao final com o alívio do acordo de paz. O dólar comercial no Brasil encerrou junho em R$ 5,163, alta de 2,33% no mês, acumulando queda de 5,68% no ano.

MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho americano seguiu resiliente em junho, com a taxa de desemprego estável em 4,4%. O acordo de paz alivia a pressão sobre energia e defesa. Com inflação em 4,2% ao ano e salários em 3,8%, o ganho real segue negativo, mas o alívio energético previsto para o segundo semestre de 2026 pode inverter essa tendência.

INFLAÇÃO

O CPI de maio de 2026 (último dado disponível, divulgado em 10 de junho) foi a leitura mais alta em mais de três anos, o CPI de junho sai em 14/07/2026. A inflação acelerou de 3,80% para 4,20% no acumulado de 12 meses, o nível mais alto desde 2023 e em linha com as expectativas. Em termos mensais, os preços subiram 0,5% em maio (ante 0,6% em abril). Com o acordo de paz, espera-se desaceleração do CPI no segundo semestre. A energia foi a grande responsável, com alta de 23,00% ao ano em maio, enquanto os alimentos avançaram moderadamente e a inflação núcleo (que exclui energia e alimentos) subiu 0,2% no mês, abaixo das expectativas de 0,3%, sinal positivo de que a pressão inflacionária está concentrada no choque energético.

O dado mais preocupante foi justamente o núcleo: ao contrário do que o Fed esperava, a inflação subjacente acelerou mesmo com o impacto geopolítico sendo parcialmente absorvido. Isso significa que há pressões de preços estruturais na economia americana que vão além do petróleo e que o caminho de volta à meta de 2% se tornou ainda mais longo.

JUROS

O Federal Reserve não se reuniu em maio. A próxima reunião do FOMC marcada para 17 de junho de 2026, manteve os juros na faixa de 3,50% a 3,75% pelo quarto encontro consecutivo, decisão unânime. A ata da reunião, divulgada em 8 de julho, revelou divisão interna sobre os próximos passos: alguns membros avaliaram que há justificativas para aperto adicional. Kevin Warsh, atual presidente do Fed, adotou tom mais hawkish que o esperado, deixando aberta a possibilidade de alta ainda em 2026. O mercado precifica 75% de probabilidade de manutenção em julho e aproximadamente 50% de chance de alta em setembro. A próxima reunião do FOMC está marcada para 28 e 29 de julho.

RENDA VARIÁVEL

Em junho, Wall Street operou com volatilidade mas encerrou com desempenho misto, impulsionado pelo acordo de paz. O S&P 500 encerrou o mês em queda, pressionado pelas incertezas sobre o acordo com o Irã e pela inflação acima do esperado. O setor de energia e o bancário foram os mais afetados e o juros altos por mais tempo.

INDICADORES DE ATIVIDADE AMERICANO

PIB

O PIB americano do primeiro trimestre de 2026 cresceu 2,0% ao ano (dado consolidado), com os dados de atividade de maio mostrando desaceleração gradual. O PMI Composto recuou, sinalizando que os efeitos do petróleo caro chegam ao consumidor. Ante o crescimento do 4º Trimestre de 2025, o FMI

projeta crescimento de 2,3%, com inflação projetada em 3,2% no ano. As perspectivas para o 2º Trimestre de 2026 apontam desaceleração, 3,2%.

PMI

Os PMIs americanos de maio mostraram desaceleração gradual. O PMI Industrial da S&P Global recuou ligeiramente ante abril, ainda em expansão.

O PMI de Serviços S&P Global recuou de 51,0 em abril para perto de 50,5 em maio, refletindo a contenção dos gastos do consumidor com combustíveis ainda caros. O PMI Composto ficou ao redor de 50,5, sinalizando crescimento modesto.

ZONA DO EURO

INFLAÇÃO

A inflação da Zona do Euro surpreendeu positivamente em junho ao recuar para 2,80% ao ano, vindo abaixo das expectativas do mercado (que projetava 3,00%) e registrando o menor patamar desde fevereiro. O recuo foi puxado pelo alívio nos custos de energia, cuja alta anual desacelerou de 10,8% em maio para 8,7% em junho. Apesar do recuo aliviar a pressão imediata, os dados de inflação de serviços (ainda em 3,2%) mantêm em alerta os membros *hawkish* do Banco Central Europeu, que continuam defendendo uma postura monetária rígida para garantir a convergência definitiva em direção à meta de 2,0%.

JUROS

Na reunião de 11 de junho de 2026, o BCE elevou os juros em 0,25 ponto percentual, a primeira alta desde setembro de 2023. A taxa de Facilidade Permanente de Depósito (*se o banco guarda dinheiro no BCE – Banco Central Europeu, recebe a taxa de Depósito)* subiu de 2,00% para 2,25%, a de Refinanciamento (*se o banco pede dinheiro emprestado ao BCE, paga a taxa de Refinanciamento)* de 2,15% para 2,40% e a de Empréstimos de 2,40% para 2,65%. A decisão foi unânime no Conselho do BCE e foi justificada pelo choque energético decorrente da guerra no Oriente Médio. O BCE revisou para cima sua projeção de inflação para 2026, de 2,6% para 3,0% ao ano.

O mercado precifica 50% de probabilidade de nova alta em setembro. Analistas projetam até três altas de 0,25 ponto até o final de 2026, levando a taxa de depósito a 3,00%. Christine Lagarde (Presidente do BCE) sinalizou que não há compromisso com caminho pré-definido, o BCE seguirá dependente dos dados. Para o Brasil e demais emergentes, esse cenário é relevante: à medida que o diferencial de juros entre o Brasil (14,25%) e a Europa (2,25%) for se estreitando, a atratividade relativa dos ativos brasileiros pode ser afetada. Por ora, porém, o diferencial segue amplo o suficiente para sustentar o fluxo de carry trade (estratégia de investimento que consiste em tomar dinheiro emprestado em um país com juros baixos e aplicar em um país com juros altos) em favor do real.

INDICADORES DE ATIVIDADE DA ZONA DO EURO

PMI

Maio confirmou a tendência de contração nos serviços e moderação na indústria. O PMI Composto da Zona do Euro recuou para 48,5, mantendo-se abaixo de 50 pelo segundo mês consecutivo.

O PMI de Serviços subiu de 47,6 em abril para 47,7 em maio, mas permaneceu em contração. Alemanha e França foram os principais vetores negativos, enquanto Itália e Espanha registraram modestos crescimentos. O volume de novos negócios contraiu pelo terceiro mês consecutivo. O PMI Composto da Zona do Euro recuou para 48,5, pelo segundo mês consecutivo em contração. O risco de recessão técnica no 2º Trimestre de 2026 na Europa permanece no radar.

CHINA

INFLAÇÃO

A atividade industrial chinesa recuperou fôlego em junho de 2026. O PMI oficial da manufatura (NBS) subiu de 50,0 em maio para 50,3 em junho, acima das expectativas de 50,1, retornando ao campo de expansão pelo terceiro mês consecutivo no ano. O destaque foi a manufatura de alta tecnologia ligada à IA (PMI 53,5) e equipamentos (52,5). Novas encomendas voltaram à expansão (51,2). PMI privado: 51,7. PMI não manufatureiro: 50,2. PMI Composto NBS: 50,6. Para 2026, projeta-se crescimento de

4,6%, com o segundo semestre de 2026 beneficiado pelo acordo de paz e pela demanda global por tecnologia.

JUROS

O Banco Popular da China (PBOC) manteve as principais taxas de referência (LPR) inalteradas em maio, com a de 1 ano em 3,00% e a de 5 anos em 3,50%. A postura de cautela reflete o equilíbrio delicado que o banco central tenta manter: com inflação ainda baixa, haveria espaço teórico para estimular, mas a pressão de custos vindos do petróleo e as margens bancárias estreitas limitam a ação. O suporte econômico continua sendo canalizado via política fiscal, gastos em infraestrutura, subsídios e crédito direcionado, em vez de reduções generalizadas de juros.

INDICADORES DE ATIVIDADE CHINÊS

PIB

O PIB da China no primeiro trimestre de 2026 foi confirmado em 5,0% no acumulado de 12 meses, acima da previsão de 4,80% dos economistas consultados e acelerando ante os 4,50% do 4º Trimestre de 2025. O resultado está no topo da faixa da meta oficial de Pequim para 2026 (4,50% a 5%), o que o NBS (Escritório Nacional de Estatísticas) classificou como uma conquista "rara e louvável" num ambiente externo "complexo e volátil". O motor do crescimento foi o aumento das exportações, especialmente de produtos ligados à inteligência artificial, antes que a guerra no Oriente Médio elevasse os custos de energia e complicasse as rotas marítimas.

O ponto de atenção veio da comparação trimestral: a economia expandiu apenas 1,30% ante o 4º Trimestre de 2025, desacelerando em relação aos 1,5% do trimestre anterior, sinal de que o ritmo interno ainda enfrenta obstáculos. As novas encomendas recuaram para apenas 2,50% em março, forte queda ante os 21,80% de janeiro a fevereiro, indicando que o pico de antecipação de pedidos já passou. Os preços de fábrica saíram da deflação em março pela primeira vez em mais de três anos, mas analistas alertam que essa "inflação ruim", impulsionada pelos custos de insumos de energia, pode comprimir ainda mais as margens corporativas já reduzidas. Para 2026, projeta-se crescimento de 4,60%, com desaceleração para 4,70% já no 2º Trimestre de 2026, uma vez que os efeitos do conflito no Oriente Médio sobre os custos de energia e a logística global comecem a pesar de forma mais direta sobre a segunda maior economia do mundo.

PMI

Os PMIs chineses de maio sinalizaram estagnação da manufatura e contração nos serviços. O PMI oficial de manufatura (NBS – *que mede a atividade de grandes empresas e estatais*) recuou de 50,3 em abril para 50,0 em maio, fronteira exata entre expansão e contração.

O PMI privado (*que mede a atividade das pequenas e médias empresas e empresas do setor privado*) também recuou, ficando abaixo de 51, o menor nível em meses, refletindo a cautela dos exportadores.

O PMI não manufatureiro (serviços) permaneceu em contração, em torno de 49,4. O aumento dos combustíveis e a incerteza sobre o crescimento seguiram contendo o consumidor. O PMI Composto NBS ficou em torno de 50,1.

BRASIL

JUROS

Na reunião de 16 e 17 de junho de 2026, o Copom reduziu a Selic de 14,50% para 14,25% ao ano, terceiro corte consecutivo, decisão unânime. O comunicado manteve tom conservador: o BC elevou a projeção de IPCA para 5,2% em 2026 e indicou assimetria altista no balanço de riscos, sinalizando que novos cortes não estão garantidos. A próxima reunião está prevista para 4 e 5 de agosto de 2026. Com o Boletim Focus revisando a Selic ao fim de 2026 para 14,00% ao ano.

INFLAÇÃO

O IPCA de junho de 2026, divulgado pelo IBGE em 10 de julho, registrou alta de 0,16% no mês, a leitura mais baixa do ano e bem abaixo do esperado pelo mercado (0,31%). Em 12 meses, a inflação ficou em 4,64%, acima do teto da meta de 4,50%, mas em trajetória de desaceleração.

O principal vetor de pressão foi Habitação (+0,63%), ainda impactado pela bandeira tarifária amarela de energia elétrica. No lado positivo, Alimentação e Bebidas recuou 0,24%, queda expressiva ante a alta de 1,33% de maio, com alívio em café, frutas e carnes. Transportes também contribuiu negativamente

para a inflação, com os combustíveis em deflação, reflexo do acordo de paz entre EUA e Irã e da queda do petróleo.

INDICADORES DE ATIVIDADE BRASILEIRO

PIB

O PIB do Brasil cresceu 1,1% no primeiro trimestre de 2026 em relação ao trimestre anterior, resultado acima do esperado pelo mercado. Os três setores avançaram: agropecuária (+2,0%), impulsionada pela safra recorde de soja; indústria (+1,0%); e serviços (+0,5%). O total movimentado na economia foi de R$ 3,3 trilhões.

Comparando com o mesmo período do ano anterior (1T25), o crescimento foi ainda mais expressivo: +1,8%, puxado pelas exportações (+7,4%) e pelo consumo das famílias (+1,7%), beneficiado pela isenção do IR para renda até R$ 5.000. O ponto de atenção ficou com o investimento, que recuou 1,4%; sinal de cautela das empresas diante dos juros ainda elevados.

O mercado projeta crescimento de 1,99% para o PIB em 2026. O próximo dado do PIB (2º trimestre) sai em 1º de setembro. A expectativa é de desaceleração no segundo semestre, quando os efeitos dos juros altos e a incerteza eleitoral tendem a pesar mais sobre a atividade econômica.

PMI

Os PMIs brasileiros de junho mantiveram o Brasil no campo positivo. Serviços seguiu acima de 50, sustentado pelo mercado de trabalho e pela Copa do Mundo FIFA 2026. O saldo do Caged de maio (divulgado em junho) mostrou apenas 72.960 vagas formais, o mais fraco para o mês desde 2020, sinalizando moderação gradual do mercado de trabalho. O cenário aponta para desaceleração moderada da atividade no 2S26.

A indústria de transformação operou próxima à linha de equilíbrio, enquanto a extrativa (petróleo) sustentou a expansão industrial.

CÂMBIO

Junho de 2026 foi um mês de alta para o dólar no Brasil. A moeda americana encerrou o mês em R$ 5,163, alta de 2,33% no mês, acumulando queda de 5,68% no ano. O tom hawkish do Fed e a perspectiva de diferencial de juros menor entre Brasil e EUA no futuro foram os principais vetores de pressão sobre o real. O acordo de paz ajudou ao final do mês mas não reverteu o movimento.

Mas o fluxo de capital externo perdeu fôlego em maio, com saída líquida de R$ 11,7 bilhões da Bolsa pressionando a moeda.

BOLSA DE VALORES

O Ibovespa encerrou junho em queda de 1,01%, fechando em 172.024 pontos, quarto mês consecutivo de retorno negativo. No segundo trimestre de 2026, a perda acumulada foi de 8,24%. No ano, o índice acumula ganho de 6,76%. A saída de capital estrangeiro em junho totalizou R$ 8,75 bilhões, com o saldo positivo no ano em R$ 32,88 bilhões. A saída reflete a revisão das expectativas de juros: diferencial futuro menor entre Brasil e EUA e rotação de capital para tecnologia nos EUA e na Ásia. Embraer se destacou com alta de quase 12% no mês após certificação tripla de novo jato.

RENDA FIXA

Em junho de 2026, a renda fixa seguiu como âncora de portfólio. Com o Ibovespa acumulando queda no segundo trimestre de 2026 e o câmbio pressionado, os ativos pós fixados e os indexados ao IPCA mantiveram desempenho positivo. O IMA S (Tesouro Selic) entregou retorno de +1,12% no mês, em linha com a Selic de 14,25%.

Os títulos IPCA+ de curto prazo mantiveram resiliência pelo cenário de inflação, enquanto os longos sofreram pressão com a abertura de taxas e a revisão do Focus. O IMA B 5+ (papéis longos, NTN Bs acima de 5 anos) sofreu pressão com abertura de taxas, encerrando o mês em – 2,05%, único índice com resultado negativo. O IMA B 5 (papéis de curto e médio prazo, NTN,Bs até 5 anos) manteve resiliência, entregando +0,22%.

Os títulos prefixados (IRF M) operaram em campo positivo, mas com desempenho diferenciado por prazo. Com o IPCA projetado em 5,04% pelo Focus e a incerteza sobre o ritmo dos cortes da Selic, o

apetite por prefixados de longo prazo segue contido. O IRF M 1 (prefixados curtos, até 1 ano) entregou +1,14%, enquanto o IRF M 1+ (prefixados longos, acima de 1 ano) ficou em +0,52%, refletindo a pressão das taxas longas. O IMA Geral encerrou o mês em +0,51%, cumprindo seu papel de diversificação entre as classes de renda fixa.

CONCLUSÃO, PERSPECTIVAS E RECOMENDAÇÕES

Junho foi o mês do acordo de paz. Depois de quatro meses de guerra entre EUA e Irã, o tratado trouxe alívio global: o petróleo caiu de US$ 91 para US$ 86 por barril, a inflação da Zona do Euro recuou para 2,8% e os PMIs europeus voltaram ao campo de expansão (50,0). A China também deu sinais positivos, com o PMI industrial subindo para 50,3 em junho, impulsionado pela manufatura de alta tecnologia ligada à inteligência artificial.

Nos EUA, o Fed manteve os juros em 3,50%–3,75% pela quarta vez seguida, mas a ata de julho trouxe um alerta: alguns membros defendem nova alta de juros caso a inflação, ainda em 4,2% ao ano, não recue. O BCE subiu os juros em junho pela primeira vez em quase três anos (taxa de depósito foi para 2,25%), mas com a inflação europeia já cedendo, a próxima alta em julho está em dúvida.

No Brasil, a inflação registrou o menor resultado do ano, IPCA de apenas 0,16% em junho. O PIB cresceu 1,1% no primeiro trimestre, acima do esperado. Mas a Bolsa acumulou queda de 8,24% no segundo trimestre, o dólar subiu para R$ 5,163 e o mercado revisou a Selic projetada para o fim de 2026 para 14,00%, praticamente no mesmo nível atual de 14,25%, sinalizando que o ciclo de cortes está perto do fim.

A pergunta que vai definir o 3º trimestre é simples: o acordo de paz vai durar? Se sim, o petróleo cai mais, a inflação recua e o Copom tem espaço para cortar mais a Selic. Se não, o petróleo dispara, a inflação volta a pressionar e o ciclo de cortes pode ser encerrado.

PERSPECTIVAS

O terceiro trimestre de 2026 gira em torno de uma única pergunta: o acordo de paz entre EUA e Irã vai se sustentar?

A cerimônia de assinatura aconteceu em 19 de junho na Suíça, mas dois pontos críticos ainda estão em negociação: a reabertura plena do Estreito de Ormuz e o programa nuclear iraniano. Enquanto isso não for resolvido, o risco de ruptura permanece real.

Se o acordo se sustentar, o petróleo consolida abaixo de US$ 80, a inflação global recua, o Fed sinaliza cortes para 2027, o BCE pausa as altas e o Copom avança no ciclo, com a Selic podendo encerrar 2026 abaixo dos 14,00% projetados pelo Focus. O dólar recuaria abaixo de R$ 5,00 e o Ibovespa retomaria a trajetória de alta.

Se o acordo ruir, o petróleo dispara, a inflação americana supera 4,5%, o Fed sobe juros ainda em 2026, o Copom pausa o ciclo e a inflação brasileira fecharia o ano acima de 5,5%, com o ano eleitoral amplificando as incertezas.

Três eventos serão determinantes no 3T26: o CPI americano de junho (14/07), a reunião do FOMC (28 e 29/07) e a evolução das negociações de paz. O IPCA de junho já trouxe boa notícia: 0,16%, o menor resultado do ano. O próximo passo é aguardar os dados externos para calibrar a estratégia.

Diego Lira de Moura
Economista
Consultor de Valores Mobiliários

Marcelo Silva
Contabilista
Especialista em Investimentos CEA

3) ANÁLISE DO RELATÓRIO ANALÍTICO DO MÊS DE JUNHO DE 2026

3.1 – Composição e Resultado da Carteira

A carteira totalizou, no mês de junho, com saldo de **R$1.330.075.313,01**, sendo os recursos distribuídos nos seguintes segmentos:

- Renda Fixa: R$1.248.359.844,78 – **93,86%**
- Renda Variável, Estruturados e Imobiliários: R$81.715.468,23 – **6,14%**

A Carteira de Investimentos encerrou o mês de junho com retorno positivo de **R$11.016.585,99 (0,84%)**, frente à meta atuarial de **0,62%** no período.
O Presidente do Comitê esclarece, com base no entendimento da consultoria de investimentos, que o valor do Patrimônio Líquido do fundo Geração de Energia representa uma oscilação de mercado, e não uma perda concretizada. Assim, embora conste valor negativo no extrato mensal, este não deve ser subtraído de imediato do saldo de investimentos do FPGPREV, devendo ser considerado como zerado para fins de posição da carteira. Contabilmente, o valor de R$151.779,30 (extrato de junho/2026) deverá ser subtraído por representar a variação patrimonial do Fundo, em observância aos princípios aplicáveis ao setor público.

3.2 – Enquadramento Regulamentar

Nos termos da Resolução CMN nº 5.272/2025 e da Política de Investimentos de 2026, procedeu-se à verificação dos limites e critérios de alocação da carteira do FPGPREV.
Conforme Relatório Analítico referente ao mês de junho de 2026, constatou-se que as aplicações encontram-se aderentes aos limites estabelecidos na regulamentação vigente.

4) AVALIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Foram analisadas as performances, objetivos, características, composição das carteiras, rentabilidades, taxas de administração e riscos dos fundos que integram o portfólio do FPGPREV. Em junho de 2026, o cenário econômico global foi marcado por um forte sentimento de alívio, impulsionado pelo acordo de paz entre Estados Unidos e Irã, assinado formalmente no dia 19 de junho. Esse evento resultou na queda do preço do petróleo, que encerrou o mês em média de US$ 86/barril, e na desaceleração da inflação na Zona do Euro para 2,8%. No Brasil, o IPCA de junho registrou alta de apenas 0,16%, a leitura mais baixa do ano, o que levou a meta atuarial do período para o patamar de 0,62%.
O resultado consolidado da carteira no mês de junho de 2026 foi positivo, alcançando uma rentabilidade de 0,84%, superando a meta atuarial de 0,62% estabelecida para o período. Com este desempenho, a carteira atingiu um retorno acumulado de 6,64% frente a uma meta de 6,14%.
No segmento de Renda Fixa, que representa 93,86% do patrimônio total (R$1.248.359.844,78), os indicadores pós-fixados e de curto prazo foram os principais pilares de sustentação. O CDI (1,12%) e o IRF-M 1 (1,14%) apresentaram desempenho significativamente superior à meta atuarial.
Os fundos de vértice mantiveram um desempenho expressivo e consistente, com destaque para o BB Títulos Públicos Vértice Especial 2026 e o Caixa Brasil Especial 2026, ambos entregando 1,15% no mês. Esse comportamento reflete a sensibilidade desses ativos à trajetória da política monetária, em um mês onde o Copom reduziu a Selic para 14,25% ao ano.
No segmento de Renda Variável, o cenário permaneceu pressionado. O Ibovespa recuou 1,01% em junho, acumulando uma perda de 8,24% no segundo trimestre. A saída de capital estrangeiro (R$8,75 bilhões) e a rotação de investimentos para tecnologia nos mercados externos afetaram o desempenho local. O fundo Caixa Small Caps Ativo registrou queda de 1,66%, enquanto o Sicredi Bolsa Americana (S&P 500), que havia sido o destaque positivo em maio, também recuou 0,53% em junho.

De modo geral, o desempenho da carteira em junho demonstra a eficácia da estratégia de diversificação e a robustez dos ativos de Renda Fixa pós-fixados e de vértice diante da volatilidade da Bolsa. A manutenção de um patrimônio total de R$1.330.075.313,01 exige vigilância constante sobre os desdobramentos do acordo de paz no Oriente Médio, que será o fiel da balança para a desinflação global e a continuidade do ciclo de cortes da Selic no segundo semestre.

5) ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA E PROPOSIÇÕES DE APLICAÇÃO E RESGATE

O Comitê de Investimentos analisou o fluxo de caixa no período, avaliando as entradas e saídas de recursos, bem como as necessidades operacionais e estratégicas da carteira, de modo a assegurar liquidez adequada, aderência aos limites regulamentares e alinhamento à meta atuarial estabelecida.

5.1 – Destinação das Receitas

As receitas recebidas pelo FPGPREV, desde que aprovadas pelo Conselho de Administração, serão aplicadas conforme tabelas abaixo:

PLANO PREVIDENCIÁRIO

OBJETIVO	FUNDO	CNPJ
Contribuições mensais	BRADESCO FEDERAL EXTRA RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	03.256.793/0001-00
Taxa de administração	CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	10.740.670/0001-06
Parcelamentos e reparcelamentos Proporção de 49,16% Aportes	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	11.060.913/0001-10
Compensação Previdenciária	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84
Outros créditos	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84

PLANO FINANCEIRO

OBJETIVO	FUNDO	CNPJ
Contribuições mensais	BRADESCO PARANOÁ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SUBCLASSE	63.637.997/0001-05
Parcelamentos e reparcelamentos Proporção de 50,84% Aportes		
Compensação Previdenciária		
Outros créditos		

5.2 – Pagamento de Despesas

As despesas do FPGPREV, desde que aprovadas pelo Conselho de Administração, serão realizadas conforme tabelas abaixo:

PLANO PREVIDENCIÁRIO

OBJETIVO	FUNDO	CNPJ
Folha de pagamento dos inativos e pensionistas	BRADESCO FEDERAL EXTRA RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI e ou BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	03.256.793/0001-00 03.399.411/0001-90
Despesas administrativas	BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	11.328.882/0001-35
Compensação Previdenciária	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84

PLANO FINANCEIRO

OBJETIVO	FUNDO	CNPJ
Folha de pagamento dos inativos e pensionistas	BRADESCO PARANOÁ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SUBCLASSE	63.637.997/0001-05
Compensação Previdenciária		

5.3 – Procedimentos Operacionais

Os valores que retornarem à conta corrente do Banco Bradesco, em razão de ausência de recadastramento, deverão ser transferidos para a conta específica da **Caixa Econômica Federal (agência 0964, conta corrente nº 000574427394-4)**, com possibilidade de aplicação automática.

Na eventual impossibilidade de movimentação pelo sistema da Caixa Econômica Federal, a operação será realizada por meio da conta corrente do Banco Bradesco, mediante resgate do fundo **BRADESCO FEDERAL EXTRA RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI** e ou **BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI**, devendo o valor ser posteriormente recomposto em um dos Fundos que recebam os recursos previdenciários.

Considerando a alocação dos recursos das contribuições previdenciárias no Banco Bradesco, atualmente por meio dos fundos **BRADESCO FEDERAL EXTRA RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI** e **BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI**, destinados ao recebimento das contribuições e ao pagamento da folha de aposentados e pensionistas;

Na hipótese de dificuldade operacional, poderão ser utilizados, alternativamente, recursos do fundo **CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP, CNPJ: 14.508.605/0001-00**, de modo a assegurar a regularidade dos pagamentos.

O Comitê de Investimentos sugere, ainda, a aplicação automática nos fundos **CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA SIMPLES** - CNPJ: 14.508.643/0001-55 e no fundo **BB FLUXO SOBERANO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO CURTO PRAZO** - CNPJ: 63.197.387/0001-38 dos recursos que, em razão de limitações operacionais ou de horários bancários, não possam ser tempestivamente aplicados nos fundos definidos nesta Ata, podendo ser mantido saldo mínimo necessário para preservação da operacionalidade do referido fundo.

5.4 – Proposições

I – Movimentação Estrutural

Considerando:

- Que o fundo de investimento BRADESCO IRF-M 1 TP RESP LIMITADA FIF RF exige aplicação mínima de R$5.000,00, o que tem gerado limitações operacionais para a realização de aplicações de menor valor;
- A necessidade de manutenção de parcela dos recursos em fundo de elevada liquidez, que possibilite maior flexibilidade para movimentações financeiras de pequeno porte e atenda adequadamente às demandas operacionais do RPPS;

O Comitê de Investimentos sugere pelo resgate total dos recursos aplicados no fundo BRADESCO IRF-M 1 TP RESP LIMITADA FIF RF, CNPJ nº 11.484.558/0001-06, com posterior aplicação no fundo BRADESCO PARANOÁ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SUBCLASSE, CNPJ nº 63.637.997/0001-05, visando proporcionar maior eficiência operacional e adequação à rotina financeira do RPPS.

II – Movimentação estratégica

Considerando:
- O vencimento dos fundos de vértice BB TP VÉRTICE ESPECIAL 2026 RESP LIMITADA FIF RF PREV e CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TP RESP LIMITADA FIF RF previsto para 15/08/2026;
- A implementação do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social - Pró Gestão prevista para 2027;
- A oportunidade de ampliação da exposição a títulos públicos por meio de fundos de vértice, alinhada aos objetivos de longo prazo da carteira previdenciária;
- As projeções constantes do Boletim Focus de 17/07/2026, que indicam, para 2028, taxa SELIC de 10,25% e IPCA de 3,70%, e, para 2029, taxa SELIC de 10,00% e IPCA de 3,50%;
- O atual patamar das taxas de negociação dos títulos públicos federais, considerado atrativo para o alongamento da carteira;

O Comitê de Investimentos sugere que os recursos oriundos das liquidações dos fundos de vértice, previstas para 15/08/2026, sejam aplicados conforme distribuição apresentada na tabela abaixo, desde que, na data da efetiva disponibilidade dos recursos para aplicação, os fundos de vértice apresentem taxa indicativa igual ou superior a 8,00% ao ano. Caso essa condição não seja atendida, os recursos deverão permanecer aplicados em fundo de aplicação automática, até nova sugestão do Comitê de Investimentos na reunião ordinária prevista para 19/08/2026:

FUNDOS ORIGEM - VALOR ESTIMADO	FUNDOS DESTINO	VALOR
BB TP VÉRTICE ESPECIAL 2026 RESP LIMITADA FIF RF PREV - R$56.282.791,88 (Junho/2026)	FUNDO DE VÉRTICE 2029	R$50.000.000,00
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TP RESP LIMITADA FIF RF - R$25.991.832,12 (Junho/2026)	FUNDO DE VÉRTICE 2028	Saldo remanescente R$32.274.624,00 (Aprox.)

A movimentação proposta tem por objetivo aproveitar o atual patamar atrativo das taxas dos títulos públicos federais, buscando maximizar o retorno da carteira e contribuir para o atingimento da meta atuarial. Adicionalmente, visa promover maior diversificação dos vencimentos da carteira por meio da alocação em fundos de vértice com prazos intermediários, reduzindo o risco de concentração em um único horizonte temporal.
Ressalta-se, ainda, que a implementação do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social – Pró-Gestão RPPS, em nível III ou superior, ampliará o universo de investimentos elegíveis ao RPPS, possibilitando a aplicação de recursos em ativos previstos, como, por exemplo, no art. 7º, inciso V, e no art. 9º da Resolução CMN nº 5.272/2025. Dessa forma, a estratégia proposta preserva a flexibilidade necessária para que, após a obtenção da certificação, este RPPS possa avaliar e acessar essas novas alternativas de investimento, alinhadas com a Política de Investimentos e com os objetivos da carteira previdenciária.

Considerando o vencimento da Letra Financeira do Bradesco, à taxa contratada de 6,73%, prevista para 19/08/2026, o Comitê de Investimentos sugere pela aplicação dos recursos oriundos da liquidação da Letra Financeira no fundo CAIXA TOPÁZIO CORPORATIVO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP, CNPJ 11.061.230/0001-87, tendo em vista a impossibilidade de manutenção

dos recursos no segmento de títulos privados de que trata o art. 7º, inciso VI, da Resolução CMN nº 5.272/2025.
A alocação proposta tem por objetivo manter elevada liquidez dos recursos, proporcionando flexibilidade para futuras realocações, ao mesmo tempo em que busca capturar a rentabilidade atrelada ao CDI, diante da expectativa de manutenção da taxa SELIC em patamar elevado, favorecendo o atingimento da meta atuarial.

6) CONSIDERAÇÕES FINAIS

a) Em razão da impossibilidade de comparecimento do membro titular Sr. Ricardo Pereira da Silva, foi convocada a membro suplente Miriam Tamasiro;
b) O membro titular Sr. Cristiano de Mola participou da reunião de forma virtual;
c) Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às 12h00. Eu, Victor Lopes Schiavetti, que secretariei os trabalhos, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais membros presentes.

VICTOR LOPES SCHIAVETTI
PRESIDENTE

CRISTIANO DE MOLA
MEMBRO TITULAR

GILMAR AUGUSTO GARCIA
MEMBRO TITULAR

MIRIAM TAMASIRO
MEMBRO SUPLENTE

VANIA MARIA DE CARVALHO SANCHEZ
MEMBRO TITULAR